



A Baalização de Javé em perspectiva decolonial

The Baalization of Yahweh from a decolonial perspective

La Baalización de Yahvé en mirada decolonial

Luiz José Dietrich^[a]

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Marcelo Sales Araújo^[b]

Curitiba, PR, Brasil

^[b] Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Como citar: DIETRICH, Luiz José; ARAÚJO, Marcelo Sales. A Baalização de Javé em perspectiva decolonial. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 16, n. 03, p. 458-478, set./dez. 2024. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.16.003.DS06>

Resumo

Este artigo analisa a transformação que ocorreu na religião de Israel – especialmente no culto a Baal e a Javé – no processo de implantação da monolatria em Israel, pela violenta intervenção religiosa e política dos reis Ezequias (716 – 687 a.C.) e Josias (640 – 609 a.C.). Estes dois reis visaram pôr fim à antiga e tradicional vivência religiosa de Judá e de Israel, na qual predominava grande diversidade de locais de culto, vários Deuses e Deusas, muitas famílias sacerdotais e uma variedade de liturgias e cultos, e de mediadoras e mediadores. Eles centralizaram Jerusalém como o único

^[a] Doutor em Teologia, e-mail: luiz.dietrich@pucpr.br

^[b] Mestrando em Teologia no Programa de Pós-graduação em Teologia (PPGT) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: sales.marcelo@pucpr.edu.br

local de culto permitido (Dt 12,1-12) e estabeleceram Javé como o único Deus de Israel (Dt 13,1-18), proibindo o culto às outras divindades, banindo e destruindo suas imagens e santuários, inclusive matando sacerdotes. Com isso, as atribuições das antigas divindades agora proibidas – que “cuidavam” de parte das necessidades vitais do povo, como a fertilidade dos campos, das pessoas e dos animais – tiveram de ser transferidas, na religião oficial, para Javé. Este artigo foca na transferência dos atributos e funções de Baal para Javé. Javé, agora “oficializado” como a única Divindade de Israel, deverá dar conta das funções anteriormente exercidas pelo conjunto dos Deuses e Deusas proibidas. A transposição dos atributos de Baal para Javé é crucial para a imposição da monolatria, e isto aparece em vários textos da Bíblia Hebraica. Um desses textos é o capítulo 28 do livro do Deuteronômio, nas “bênçãos” e “maldições” que finalizam a aliança que estabelece Javé como o único Deus de Israel, e Israel como povo exclusivo de Javé. Este artigo focará especialmente neste capítulo do livro do Deuteronômio. Como o culto oficial, seja a Javé, Baal ou a outra divindade, tem sempre a mesma função: legitimar os projetos e interesses da elite representada na corte, uma teologia decolonial deverá então apoiar-se não na teologia oficial, mas na teologia vital que disseminou o culto a tal divindade, tornando-a extremamente popular e importante.

Palavras-chave: *Monolatria; Javé e Baal; Baalização de Javé; Culto oficial e violência; Teologia Decolonial.*

Abstract

This article analyzes the transformation that took place in Israel's religion - especially in the worship of Baal and Yahweh - in the process of establishing monolatriy in Israel, through the violent religious and political intervention of kings Hezekiah (716 - 687 BC) and Josiah (640 - 609 BC). These two kings aimed to put an end to the ancient and traditional religious life of Judah and Israel, in which there was a great diversity of places of worship, various gods and goddesses, many priestly families and a variety of mediators of liturgies and cults. They centralized Jerusalem as the only permitted place of worship (Deut 12:1-12) and determined the cult of Yahweh as the only God of Israel (Deut 13:1-18), forbidding the worship of other deities, banning and destroying their images and shrines, even killing priests. As a result, the attributions of the now forbidden ancient deities - who "took care" of part of the people's vital needs, such as the fertility of the fields, people and animals - had to be transferred, in the official religion, to Yahweh. This article focuses on the transfer of Baal's attributes and functions to Yahweh. Yahweh, now "officialized" as the only Divinity of Israel, will have to take care of the functions previously performed by all the forbidden Gods and Goddesses. The transposition of Baal's attributes to Yahweh is crucial for the imposition of monolatriy, and this appears in several texts of the Hebrew Bible. One of these texts is chapter 28 of the Book of Deuteronomy, in the "blessings" and "curses" that finalize the covenant establishing Yahweh as Israel's only God, and Israel as Yahweh's exclusive people. This article will focus especially on this chapter of the book of Deuteronomy. Since official worship, whether of Yahweh, Baal or another deity, always has the same function: to legitimize the projects and interests of the elite represented

at court, a decolonial theology should therefore be based not on official theology, but on the vital theology that spread the cult of this deity, making it extremely popular and important.

Keywords: *Monolatry; Yahweh; Baal; baalization of Yahweh; official worship and violence; Decolonial Theology.*

Resumen

Este artículo analiza la transformación que tuvo lugar en la religión de Israel -especialmente en el culto a Baal y Yahvé- en el proceso de instauración de la monolatría en Israel, mediante la violenta intervención religiosa y política de los reyes Ezequías (716 - 687 a.C.) y Josías (640 - 609 a.C.). Estos dos reyes pretendían acabar con la antigua y tradicional vida religiosa de Judá e Israel, en la que existía una gran diversidad de lugares de culto, varios dioses y diosas, muchas familias sacerdotales y una variedad de liturgias y cultos, así como de mediadores. Centralizaron Jerusalén como único lugar de culto permitido (Dt 12:1-12) y establecieron a Yahvé como único Dios de Israel (Dt 13:1-18), prohibiendo el culto a otras deidades, prohibiendo y destruyendo sus imágenes y santuarios, e incluso matando a los sacerdotes. Como resultado, las atribuciones de las antiguas deidades ahora prohibidas -que «se ocupaban» de parte de las necesidades vitales del pueblo, como la fertilidad de los campos, las personas y los animales- tuvieron que ser transferidas, en la religión oficial, a Yahvé. Este artículo se centra en la transferencia de atributos y funciones de Baal a Yahvé. Yahvé, ahora «oficializado» como la única Divinidad de Israel, tendrá que asumir las funciones que antes desempeñaban todos los dioses y diosas prohibidos. La transposición de los atributos de Baal a Yahvé es crucial para la imposición de la monolatría, y esto aparece en varios textos de la Biblia hebrea. Uno de estos textos es el capítulo 28 del libro del Deuteronomio, en las «bendiciones» y «maldiciones» que finalizan el pacto que establece a Yahvé como único Dios de Israel, y a Israel como pueblo exclusivo de Yahvé. Este estudio se centrará especialmente en este capítulo del Libro del Deuteronomio. Dado que el culto oficial, ya sea a Yahvé, a Baal o a cualquier otra deidad, tiene siempre la misma función: legitimar los proyectos e intereses de la élite representada en la corte, una teología decolonial tendrá que apoyarse, por tanto, no en la teología oficial, sino en la teología vital que difundió el culto a dicha deidad, haciéndola extremadamente popular e importante.

Palabras clave: *Monolatría; Yahvé y Baal; Baalización de Yahvé; Culto oficial y violencia; Teología decolonial.*

Introdução

Escrever sobre a religião de Israel pode parecer algo simples à primeira vista, pois tradicionalmente se pensa, e muitas vezes se ensina, que Israel teria sido monoteísta desde suas origens (Craigie, 1969; Sparks, 2007, p. 602; Stager, 1998, p. 142). Sendo, inclusive, esse monoteísmo uma das justificativas para a eleição de Israel por parte de Deus. Assim parece, à primeira vista, estar escrito na Bíblia. Podemos inclusive ler os textos e concordar com esse ponto de vista. No entanto, não é de hoje que os estudos críticos da Bíblia, corroborados agora pelas recentes interpretações das descobertas arqueológicas na Palestina, mostram um quadro muito distante dessa imaginação tradicional. Muitos estudiosos das últimas três ou quatro décadas têm feito descobertas impactantes e conseguido comprovar por meio dos textos bíblicos, dos achados arqueológicos e textos extrabíblicos, que o monoteísmo somente se tornou religião oficial em Jerusalém após um longo processo, não isento de imposições, violências e mortes (2Rs 23,20).¹

Atualmente, sabe-se que a religião de Israel Norte e de Judá foi marcada não por uma ruptura, mas, ao contrário, pela continuidade com as formas e práticas religiosas da antiga Canaã. Com toda certeza pode-se falar em um “Panteão cananeu-israelita”, que também não era muito diferente das religiões dos povos vizinhos. Durante a maior parte da história de Israel, até o período da dominação persa, sua religião pode ser caracterizada como politeísta (Lohfink, 2005, p. 15). Uma grande variedade de Deuses e Deusas representados com muitas imagens eram cultuados em grande número de santuários e locais de culto espalhados por todo território de Israel e de Judá, sendo tais cultos tradicionais, aceitáveis e normais até as intervenções políticas e religiosas dos reis Ezequias e Josias.

Foi a partir desses dois reis – mais especificamente a partir do rei Josias – que teve início um período conturbado e difícil, pois essas intervenções políticas visavam impor nova forma de compreender e viver a fé e a religião. Grupos de famílias simples e camponesas foram forçados a mudarem suas perspectivas espirituais e suas práticas religiosas.

Sabe-se que mexer com religião é mexer com toda a estrutura de vida das pessoas que depositam suas crenças e esperanças naquilo que receberam de seus progenitores e antepassados. Desconstruir uma crença nunca foi nem nunca será um processo fácil, sobretudo quando se trata de um processo imposto, forçado e muito violento. Certo é que para realizar uma mudança assim, foi preciso que tais governantes se valessem de uma legitimação divina para suas ações. E foi exatamente neste contexto que muitos textos bíblicos, como Palavras de Deus escritas, foram surgindo como forma de convencimento, onde escribas ligados à corte e à religião oficial foram se utilizando de histórias já difundidas e retocando-as dentro de um esboço de uma história nacional, centrada em Jerusalém e no culto a Yahweh (De Pury, 2010, p. 43; Nihan; Römer, 2010, p. 138-140).

A atual pesquisa crítica da Bíblia está cada vez mais convencida de que foram principalmente esses reis, Ezequias e Josias, os responsáveis pela elaboração da história de Israel que se encontra em nossas Bíblias, e que seu tempo seria também o contexto inicial da elaboração de alguns dos livros proféticos pré-exílicos (Schniedewind, 2011; Finkelstein, 2013, p. 380). Seus interesses principais foram estabelecer Javé

¹ Até mesmo no livro que é o guia oficial do Museu de Jerusalém, que por mais de 40 anos recolhe, classifica e expõe os artefatos achados pelas escavações arqueológicas em Israel, está escrito: “Não sabemos exatamente como os Israelitas passaram a adorar um único Deus, mas é claro que foi um processo gradual que não se completou inteiramente no período do primeiro templo” (DAYAGI-MENDELS, Michal; ROZEMBERG, Silvia (Editores). *Chronicles of the Land. Archaeology in the Israel Museum Jerusalem*. Jerusalem: The Israel Museum, 2010, p. 74.)

como único Deus de Israel e centralizar o culto em Jerusalém. Por causa deste objetivo, ambos, dentro de suas possibilidades históricas, usaram do seu poder proibindo o culto a qualquer outra divindade que não fosse Javé, e qualquer culto fora de Jerusalém. O texto de 2Rs 23,3-20 afirma que a proibição foi acompanhada de demonstrações de força e violência destruindo todos os outros lugares de culto, destruindo as imagens dessas outras divindades (Römer, 2019). À violência, intolerância e imposição religiosa, Josias acrescentou invasão e colonialismo, quando estendeu sua ação sobre as terras de Israel norte, reforçando a profanação especialmente do tradicionalíssimo santuário de Betel e do santuário da capital Samaria, nos quais até mesmo assassinou sacerdotes e queimou ossos humanos sobre os altares (2Rs 23,15-20).

No processo de centralização do culto a Javé, um aspecto que precisa ser considerado é a questão das atribuições que cada um desses outros Deuses e Deusas possuíam. Cada divindade estava popularmente vinculada à responsabilidade e cuidado – uma espécie de jurisdição – sobre uma determinada área da vida cotidiana concreta.

Herbert Nier, observa que as religiões politeístas

não podem ser entendidas apenas como uma coleção de vários deuses e deusas; em vez disso, elas são melhor interpretadas como sistemas de interação ordenada dentro do mundo divino, nos quais cada deus ou deusa têm um domínio pelo qual ele ou ela é responsável. É importante ressaltar que esse sistema também ajuda a organizar os mundos dos vivos e dos mortos [...]. É claro que esses panteões, com seus conceitos de dominação e ordem, espelhavam as sociedades semíticas do noroeste (Nier, 2010, p. 28).

Como ficariam esses “domínios”, ou essas áreas da vida, com a proibição e o banimento das divindades que respondiam por elas? O processo de imposição da monolatria certamente também implicava na transferência dos atributos e funções das divindades proibidas para Javé, agora único Deus que podia ser cultuado em Judá e Israel. Dessa maneira, podemos perceber que Javé passará a ser cultuado não mais somente em suas funções tradicionais, mas também assumirá neste momento histórico os demais atributos mais importantes das outras divindades.

Neste artigo, de modo particular serão abordados com mais ênfase os atributos de Baal e a transferência desses atributos para Javé, quando o culto a Baal foi proibido. Imaginário, liturgias e oferendas antes relacionadas à espiritualidade em torno de Baal serão redirecionadas a Javé, então estabelecido como o único Deus de Israel, o Deus da cidade capital e da corte governante.

Deuses e Deusas em Canaã, em Israel, e em Judá até a invasão babilônica

As pesquisas em torno das divindades e da religião israelita primitiva têm se desenvolvido muito sobretudo a partir do fim do século XX e início do século XXI, particularmente, graças aos impulsos dos artefatos encontrados em Ugarit, que forneceram à pesquisa informações valiosas a respeito da história religiosa de Canaã, bem como de Israel e Judá. O estudo das divindades cananeias e suas conexões com as divindades mencionadas na Bíblia Hebraica foi inspirado em grande parte pela descoberta de numerosos textos antigos no Levante, especialmente as muitas tabuinhas ugaríticas descobertas desde 1929 em Ras Shamra, na costa da Síria. Os textos imagéticos, datados da segunda metade do segundo milênio a.C., fornecem extensa informação sobre a religião dos cananeus e sobre divindades citadas na Bíblia. Fornecem informações e o pano de fundo para compreender melhor a relação entre a religião cananeia e a religião israelita (Smith, 2023, p. 55-56).

Até hoje ainda é difícil formar uma imagem clara a respeito da ordem de culto e liturgia detalhada da religião de Israel anterior ao século VIII a.C. Mas o que se pode verificar é que existem inúmeras

evidências que levam a crer que o politeísmo era bem presente não só na região do antigo Oriente Próximo e na antiga Canaã, como também em Israel Norte e em Judá. Existem evidências arqueológicas e textuais de que esta prática religiosa estava presente na vida do povo que ali residia (Smith, 2002).

Fato é que existia, no tempo do Israel primitivo, um mundo de Deuses e Deusas que eram cultuados e invocados para diversas realidades da vida humana (Tilly; Zwickel, 2020, p. 138-148)². Isto tudo pode ser observado não apenas pelas narrativas bíblicas, que guardam vestígios desse quadro (Jr 11,13), mas sobretudo pelas fontes extrabíblicas, sejam elas textos ou artefatos arqueológicos, como também na iconografia deste período (Keel; Uehlinger, 1998; Zevit, 2001).

Israel nasce de um complexo e variado processo de sedentarização nas montanhas centrais de Canaã, período tradicionalmente referido como o “período dos patriarcas”, isto é, entre 1500 e 1300 a.C. Sabe-se hoje, pelo estudo crítico da Bíblia e por alguns dados arqueológicos, que algumas famílias camponesas se fixaram em determinadas regiões como Siquém, Betel e Hebron, assim como Bersabeia (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 67)³. Acredita-se que as famílias que originariamente se fixaram naquelas regiões não tinham relações de parentesco como quer fazer crer o atual livro do Gênesis. Cada um desses locais guardou o nome e algumas memórias dos seus ancestrais fundadores. Essas memórias inicialmente existiram e circularam de modo independente e só posteriormente foram unidas para dar corpo e unidade ao texto em busca de uma unidade nacional (Liverani, 2008, 309-330; Finkelstein; Römer, 2022, p. 66-95). Foi daqui que se originaram as histórias em torno da figura de Abraão (Hebron), de Isaac (Bersabeia), de Jacó (Siquém) e de Israel (Betel) (Dietrich; Kaefer, 2022, p. 39-50).

O culto religioso desse período inicial estava ligado ao Deus El, mas havia também certos cultos familiares em torno de deuses familiares denominados Elohim. Ao que tudo indica, cada família tinha os seus Elohim. Algumas imagens representavam os Elohim, mas El era como que o Deus maior, supremo, criador do universo e dos deuses e deusas. Muitas vezes, algumas árvores ou colunas de pedra sinalizavam alguma intervenção de El e se tornavam locais e objetos de culto.

Na mitologia ugarítica, El figura como progenitor dos deuses e “criador das criaturas”. Possui também os epítetos de “criador da terra” (Qone 'ars) e “touro”, numa referência a seu papel como símbolo da fertilidade. O trono do deus situa-se “na fonte dos rios”. Era conhecido em Palmira pelo nome de Elqonera; e, como “o que causa o fluir das fontes”, foi equiparado a Poseidon. (Lurker, 1993).

Neste período inicial do Israel primitivo havia, além das divindades mencionadas, El, Elohim, o que se pode chamar de panteão cananeu-israelita, que era composto por divindades denominadas por Asherá, Baal, Astarte, Anat, entre outros (Smith, 2006, p. 156-163).

Entre as aldeias camponesas nas montanhas, o culto aos Deuses e às Deusas e a espiritualidade estavam vinculados aos diversos aspectos fundamentais da vida, como ter filhos (El, Asherá), fertilidade dos campos (Baal) e dos animais (Asherá), saúde (Reshep), amor, proteção (Anat, Astarte), a veneração aos antepassados mortos (Elohim/Teráfim) etc. (Dietrich; Kaefer, 2022, p. 54-55).

Nesse tempo ainda não se conhecia o Deus Javé, que muito provavelmente só passou a ser conhecido e difundido em Israel a partir dos anos 1050 a.C. (Smith, 1990, p. 31; Miller, 2000, p. 1; Lemaire, 2007, p. 16-17; Römer, 2016, 87-88). Javé foi integrado ao panteão dos Deuses e Deusas como mais uma

² Citamos estes autores, embora discordando de sua crença na existência de um culto centralizado em Javé desde os inícios de Israel.

³ Siquém, cidade da montanha de Efraim. Betel, cidade situada a dezessete quilômetros ao norte de Jerusalém. Hebron, cidade ao sul de Jerusalém, na montanha mais alta da região. Bersabéia (“poço dos sete” ou “poço do juramento”), com ocupação mais tardia, era um oásis na parte sul do deserto do Neguev.

divindade com seu campo de atuação, sendo mais uma divindade entre outras. Diferentemente do que querem fazer crer alguns textos bíblicos, a diversidade de Deuses e Deusas, de cultos com abundante uso de imagens seguiu inalterada após a chegada de Javé a Israel e Judá.

De tal forma que, no período de Ezequias (716-687 a.C.), o próprio texto bíblico evidencia a existência de inúmeros lugares altos de cultos a divindades, incluindo a serpente de bronze que Moisés havia feito, que aparece sendo cultuada com incenso e oferendas no templo de Jerusalém, conforme descrito no segundo livro dos Reis:

Acabou com os lugares altos, quebrou as colunas sagradas, e derrubou a Asserá. Despedaçou também a serpente de bronze que Moisés tinha feito, porque os filhos de Israel ainda queimavam incenso diante dela. Eles a chamavam de Noestã (2Rs 18, 4).⁴

E até os dias do Rei Josias (640-609 a.C.), encontramos objetos ligados ao culto a Baal e a outras divindades também dentro do Templo, como está descrito no segundo livro dos Reis: “O rei mandou que o sumo sacerdote Helcias, os sacerdotes de segunda ordem e os guardas da porta tirassem do santuário de Javé todos os objetos feitos para o culto de Baal, de Aserá e de todo o exército dos céus” (2Rs 23,4).

Dentre o conjunto das divindades do panteão cananeu-israelita destaca-se a deusa Asherah, bastante cultuada na região.

Asherah (ugarítico: 'trt; hebraico: אֲשֵׁרָה), na mitologia semítica, é uma Deusa-mãe que aparece em várias fontes antigas, incluindo escritos acadianos, com o nome de Ashratum/Ashratu e, em hitita, como Asherdu(s) ou Ashertu(s) ou Aserdt(s) ou Aserdu(s). Asherah é geralmente considerada idêntica à Deusa ugarítica Athirat (transcrita com mais precisão como 'atirat). (NATEL, 2024, p. 26)

Seu culto penetrou profundamente no território israelita (1Rs 15,13). Os achados arqueológicos incluem um número surpreendentemente grande de estatuetas de Asherah, evidenciando o culto a essa Deusa desde os primórdios de Israel até o período do exílio na Babilônia (Dever, 2005). Nos textos de Ras Shamra, aparece como esposa do deus supremo El e, por isso, muitas vezes é apresentada com o rótulo de “Deusa Mãe” ou de “Deusa da Fertilidade”, no entanto essas caracterizações são insuficientes para representar a Deusa Asherah.

Asherah tem, dentre seus papéis, o de “Criadora” e “ama de leite” dos Deuses, por isso estava de alguma forma relacionada ao nascimento e à fertilidade. Entretanto, dada sua autoridade junto a El e seu papel de fonte de poder real nos poemas, é improvável que tenha sido principalmente – e somente – uma Deusa da fertilidade. Os epítetos de Ashera/Athirat incluem “mãe dos Deuses”; “Deusa da planície”; “Senhora da Estepe”; “Noiva do Pai do Céu”; “Aquele que pisa o Mar”; e “Senhora do Vigor Sexual e da Alegria”. Suas funções incluem intercessora, mãe, mulher ideal, esposa do rei, rainha mãe, padroeira dos campos, padroeira da tecelagem, da proteção e manutenção dos animais, garantidora e mantenedora da sucessão ao trono, atendimento de favores de filhos a animais e pessoas, esposa perfeita e adivinha (Natel, 2024, p. 88-89).

Astarte, ou Attart na forma ugarítica, é uma deusa semítica também presente na Palestina. Identificada pelos gregos como Afrodite, deusa do amor.

⁴ As citações apresentadas nesse artigo, salvo indicação contrária, foram transcritas da Nova Bíblia Pastoral, São Paulo: Paulus, 2015, 5ª reimpressão, 2018.

Já a deusa Anat aparece como sendo de origem fenício-cananeia. Seria a irmã virgem de Baal e, por vezes, sua esposa. Aparece nos textos ugaríticos infligindo uma vingança ao deus da morte (Mot) após a perda do seu irmão.

O Deus Baal

Os textos ugaríticos revelam que o termo Baal, que significa “senhor”, na realidade, era um epíteto da grande divindade cósmica chamada Hadad, porém com o tempo o epíteto tornou-se o nome da Divindade (Day, 2000, p. 68). A narrativa a respeito do Deus Baal que aparece nos textos ugaríticos relata uma série de acontecimentos que se desenvolvem conformando um ciclo: batalha com o Deus Mot, morte de Baal, esterilidade dos campos, busca, luto/lamento, retorno à vida e fertilidade da terra e dos campos. Percebe-se claramente nesses textos, conhecidos como o “Ciclo de Baal”, que Baal tem os atributos ligados aos ventos e aos raios, à umidade e às chuvas:

No momento da morte de Baal e sua descida ao submundo, ele leva consigo suas nuvens, ventos, raios, e filhas, elementos relativos à umidade. Isso significa que a morte de Baal resulta na ausência de chuva e de qualquer outro fator de umidade, o que implica desertificação ou esterilidade da terra. Os comentários de El e Anat (“Baal está morto, o que será dos povos?”) sugerem que os habitantes da terra, todos, pessoas e animais, dependem de Baal para a fertilidade da terra. Na mensagem de El a Shapshu através de Anat, os sulcos da terra estão secos por causa da ausência de Baal (KTU 1.6: VI, 1-3): “Secos estão os sulcos dos campos, ó Shapshu, secos estão os sulcos dos campos de El, Baal está negligenciando os sulcos da terra arada”. Nem mesmo os irmãos de Baal são capazes de garantir a chuva, o que confirma a total dependência de Baal para a fertilidade (Toseli, 2023).

Deuses das tempestades ou do clima parecem não ter tido um papel tão importante no panteão sumério tardio porque eles desenvolveram uma agricultura irrigada. Ao contrário das regiões do oriente próximo, que dependiam do regime de chuvas para a prática da agricultura. Israel tem dois períodos bem demarcados: o período chuvoso que geralmente cobre o outono e o inverno, entre os meses de outubro a abril, quando acontece a maior parte da precipitação de chuvas anual, que é particularmente importante porque o início das chuvas indica o momento de semear a terra; e o período seco, que acontece na primavera e no verão, nos meses de maio a setembro, quando a precipitação é mínima ou inexistente, e as temperaturas são mais altas.

A Bíblia Hebraica tem mais polêmicas contra Baal do que contra qualquer outra divindade. E o culto a Baal foi a maior dificuldade enfrentada por aqueles que buscaram estabelecer o culto exclusivo a Javé. Isso se deve à importância vital do regime das chuvas para a vida dos camponeses palestinos. Já era assim entre os cananeus e continuou sendo assim para os israelitas (Day, 2000, p. 70). Mesmo que em outros contextos Baal pudesse também estar associados à guerra, em Israel o controle das chuvas e tempestades era, de fato, o domínio especial de influência de Baal. Isso é reforçado nas imagens de Baal encontradas nas escavações arqueológicas, nas quais ele aparece como o deus da tempestade, geralmente o representado martelando ou atacando as nuvens com uma lança ou com raios, desencadeando as chuvas, fundamentais para a fecundidade dos campos entre os semitas ocidentais (Síria e Canaã).

A tempestade, na qual o deus revela seu poder, é inseparável da chuva, que traz fertilidade à terra e permite que os homens vivam. Portanto, Baal é também o deus da fertilidade e é considerado filho de Dagon, o deus do trigo e da agricultura. Ele representa o papel principal dos textos mitológicos de Ugarit, e os numerosos antropônimos e topônimos palestinos que trazem o nome de Baal indicam que ele foi muito venerado também em Canaã (Lipinski, 2013, p. 203).

Os locais predominantes de culto dos camponeses israelitas, inúmeras vezes citados na Bíblia, eram os “lugares altos” situados normalmente nas elevações dos campos, onde também ficavam as eiras (Os 9,1-2;) – locais em que se separava o grão das cascas – ou, em locais especiais, talvez mais controlados pela oficialidade, nas montanhas. Daí derivam os nomes de Baal-Hermon, em razão do monte Hermon; Baal do Carmelo, em razão do monte de mesmo nome; Baal Peor/Fegor, no monte homônimo em Edom; e até mesmo Baal-Safon, fazendo referência ao “monte escaldado”, na Síria.

A sacralidade, o sagrado do culto camponês a Baal reside na importância fundamental da agricultura para a vida dos camponeses e camponesas da região. Sem as chuvas não haveria produção agrícola. E sem agricultura aquelas populações não poderiam ali viver (Gn 12,10; 26,1; 41,53-54. Essa relação fazia com que o culto a Baal fosse extremamente disseminado, importante e enraizado entre as vilas camponesas. Os momentos de sementeira e de colheita deviam ser envolvidos em celebrações litúrgicas especificamente voltadas a Baal. E era a Baal que certamente os camponeses e as camponesas, em agradecimento pela colheita, ofereciam, de forma simbólica, as primícias dos campos.

Por isso, uma leitura decolonial deve perceber que certamente o culto a Baal sempre estava incluído nas celebrações e nos santuários oficiais, com função destacada na coleta de tributos para as monarquias.⁵ Isso era mais acentuado quando Baal era a principal divindade patrona da família real, como parece ter sido o caso no período da dinastia Omrida/Amrida (885-841 a.C.; 1Rs 16,25-26.30-33; 2Rs 10,18-27). E, deve notar também que, apesar de a teologia oficial apresentar Baal como o grande responsável pelas chuvas, fertilidade dos campos e pela colheita, e ser de importância vital para a vida das pessoas⁶, o Baal cooptado para essa função oficial está a serviço da concentração da melhor e maior parte da produção nas mãos da elite governante, por meio da coleta dos tributos trazidos aos templos e santuários, na mão da família real e de seus aliados e apoiadores. O que, conforme as denúncias proféticas, muitas vezes levava as famílias camponesas a terem sua sobrevivência ameaçada pela fome e à miséria (Is 3,14-15; Am 5,10-12; Mq 3,1-3.9-11).

O Deus Javé

Tratando especificamente do Deus Javé, deve-se iniciar pela constatação de que, apesar de um volume já considerável de pesquisa, ainda não se tem certeza da origem de Javé. Sabe-se que seu culto veio de fora de Canaã, o que inclusive é confirmado por vários textos bíblicos (Ex 2,16; 3,1-2; Dt 33,2; Jz 5,4; Hab 3,3). Não há também muita certeza a respeito de quando e como Javé entra em Israel. Muito provavelmente pouco antes da organização da entidade política chefiada por Saul, algum grupo trouxe o culto a Javé para dentro das aldeias e tribos de Israel, pois é a partir desse momento que o elemento teofórico Javé aparece em nomes pessoais.

É bastante provável que seu culto tenha iniciado nas regiões de Benjamim e Efraim (Jeremias, 2019, p. 149-153; Römer, 2016, p. 87-88; Fleming, 2021, p. 256), nos tempos de Saul e Davi (Schmid, 2019, p. 289). Olhando os textos bíblicos que se referem ao início da monarquia, começam a aparecer nomes iniciados com *Yo/Jo/io* (Jônatas/Yonatan, presente de Javé), ou terminados ou formados com *Yah/ias*: Adonias, “meu senhor é Javé” (2Sm 3,4); O nome de Natã pode ser uma abreviação de Natãias, “presente de Javé” (2Sm

⁵ O preceito: “e ninguém deve aparecer de mãos vazias diante de mim” (Ex 23,15 e 34,20), que o Código da Aliança atribui a Javé, já no processo de transferência dos atributos de Baal para Javé, certamente valia para os santuários oficiais – para Baal ou para Javé, monolátricos ou não – distribuídos nos territórios de Israel e de Judá (ver também Ex 22,28; 23,14-17.19; 34,26; Nm 18,27.30; Dt 16,16-17; 26,1-11).

⁶ Esta é a função social do Ciclo de Baal e de outras mitologias oficiais semelhantes descobertas pela arqueologia.

72); Saraías, “Javé persiste”; Banaías, “Javé construiu”; Joiada, “Javé conhece” (2Sm 8,17-18); Urias, “chama, ou luz de Javé” (2Sm 11,3); Aías, “irmão de Javé”, de Silo (1Rs 11,29); Semeías, “Javé ouviu” (1Rs 12,22)⁷.

Nos textos bíblicos prevalece a caracterização de Javé posterior às imposições religiosas de Ezequias e Josias, que, ao decretar a monolatria, identificam Javé com El (Dt 10,17)⁸ e transferem os atributos das divindades proibidas, como Baal e Asherá, para Javé.

Porém, quando se procura compreender qual era a atribuição original específica de Javé, qual era a área da vida pela qual Javé era responsável, encontra-se algumas dificuldades. Para alguns, essas atribuições estão soterradas depois das aquisições posteriores e quase impossíveis de ser conhecidas atualmente (Jeremias, 2017, p. 156). De uma parte pela inexistência de fontes extrabíblicas sobre a origem de Javé e, também, pelo fato de que na maior parte dos textos bíblicos Javé já aparece com as características que originariamente eram de El e de Baal (Dt 11,8-17; 28,1-46)¹⁸. Isto é, Javé já tem “a chave do útero” das mulheres (Gn 20,18), já controla as chuvas (1Rs 18), já comanda reis, nações estrangeiras e todo o cosmos (Is 5,25; 7,18-20; Is 17-23; Is 24-27) etc. Tais textos, no entanto, são posteriores à imposição da monolatria pelos reis Ezequias e Josias, e alguns, já dentro da concepção javista monoteísta, posteriores inclusive ao estabelecimento da teocracia judaíta no pós-exílio.

Para outros pesquisadores Javé entra em Israel originalmente já como um Deus da tempestade, das chuvas (cf. Jz 5,4-5; Day, 1985, p. 125). Esta compreensão é mantida por alguns pesquisadores até os dias atuais:

Na maioria das áreas do Levante, da Mesopotâmia do Norte e da Ásia Menor, onde o cultivo dependente de chuvas era praticado, um deus da tempestade (Storm-God) desempenhou um papel dominante no panteão local, e os salmos mais antigos retratam a antiga divindade hebraica YHWH como um deus da tempestade. Nos primeiros dias da adoração a YHWH, essa divindade parece ter sido concebida de maneira semelhante aos deuses das tempestades dos cultos vizinhos (Müller, 2017, p. 208).

Esses pesquisadores parecem dar peso muito grande aos cultos que, segundo a arqueologia, existiam nas regiões no entorno de Israel. Em Israel era Baal que desempenhava essa função. E seu culto é atestado em Israel desde antes do culto a Javé. Dificilmente o culto a Javé teria se disseminado tanto em Israel se sua função fosse igual a de Baal (Amzallag 2023, p. 16).

Javé muito provavelmente ocupará um domínio que não era ocupado por outra divindade de modo mais específico. A luta armada, a organização da proteção armada das vilas e dos exércitos camponeses para defesa da terra, das colheitas, dos animais e da vida das pessoas, as guerras, que o hebraico bíblico chama de *milhamah*, formam o campo original de atuação de Javé (Smith, 2006, p. 157). Como se pode ler em 1Sm 17,47: *Kî lyhwh hammilHama^h*, “pois para/de javé é a batalha”. A tradição da arca, uma das mais antigas tradições religiosas das tribos da região montanhosa central de Israel (Efraim, Benjamim e Manassés) também mostra a relação de Javé com a *milhamah* (1Sm 4,1b-11). Possivelmente a arca era uma espécie de símbolo da presença de Javé. É como um *’îš milHämâ* “homem-guerra”, um guerreiro, que Javé é exaltado cântico de Moisés, elaborado a partir do antiquíssimo cântico de Míriam (Ex 15,3).

⁷ Para maior aprofundamento na questão dos nomes e da epigrafia ver: TYGAY, Jeffrey H. Israelite Religion: The Onomastic and Epigraphic Evidence. In: MILLER, Patrick D.; HANSON, Paul D.; McBRIDE, S. Dean. *Ancient Israelite Religion*. Augsburg Fortress, Minneapolis: Fortress Press, 2009, p. 157-194.

⁸ Infelizmente a maior parte das traduções para o português dificulta a percepção desta identificação, pois usam a palavra “Deus” como equivalente tanto do hebraico *’Elohim* como de *’El*. A Nova Bíblia Pastoral (Paulus, 2015) é a única tradução que optou por diferenciar estas duas palavras hebraicas na tradução para o português, reservando a palavra “Deus” para o hebraico *’Elohim* e apresentando *’El*, simplesmente transliterado como El.

Para essa direção aponta também o fato de que quase todas as pessoas com o elemento teofórico *Yo/Jo/io* ou *Yah/ias* em seus nomes estão de alguma maneira ligadas às armas e à guerra, seja como guerreiros ou profetas/conselheiros dos reis para assuntos de guerra e mobilizadores de guerreiros. Isso reforça que Javé foi integrado ao panteão das tribos e aldeias camponesas de Israel, possivelmente como um Deus guerreiro (Lewis, 2020, p. 428-473), que atuava e iluminava a organização da defesa armada das vilas e tribos. Javé era o Deus dos camponeses encarregados da vigilância, da defesa e das guerras de defesa. (Cf. Ex 15,2-3; 14,14.24-25.27; Nm 10,35; Jz 4,14-15; 1Sm 17,47; Jr 6,4; Is 42,13; Sl 24,8.10).

Em quase todas as vezes que a Bíblia cita profetas consultando a Javé, a consulta refere-se a guerras e eventos militares. O conteúdo básico de suas profecias está relacionado com guerras ou desfecho de guerras. O profeta Isaías, por exemplo, anuncia a queda de Aram e Israel, inimigos de Judá, no período da chamada Guerra Siro-Efraimita, por volta de 730 a.C. (Is 7:4, 7-9; 8:1-4; 17:1-3). Os 5:8-11 é constituído por oráculos sobre ambas as frentes da Guerra Siro-Efraimita, e em Oséias 6:8-7:7 temos o lamento-anúncio dando como certa a destruição iminente do reino de Israel norte, que veio a acontecer em 722 a.C. O mesmo incidente ocasionou parábolas (Am 3:12; 5:2, 3, 19) e lamentações do profeta Amós (Am 5:18; 6:1ss; cf. 3:12; 4:1; 5:7). As palavras de Miqueias estão relacionadas com o apogeu militarista da Assíria. As palavras do profeta Naum quase um século depois, preveem a queda da Assíria em 612 a.C. (Na 2,4-3,19). O livro de Jeremias narra o esforço desse profeta para trazer uma palavra de Javé sobre a decisão entre fazer ou não guerra contra a Babilônia (Kratz, 2018, p. 508-509).

Esses são, no entanto, os profetas que tiveram impacto nacional. Mas seja no âmbito nacional, como no regional e local, os profetas e sacerdotes de Javé eram os especialistas sobre táticas e estratégias de defesa. Certamente a partir de informações obtidas de comandantes militares e de viajantes das caravanas comerciais nacionais e internacionais, mantinham um “banco de dados” a respeito da força, das movimentações e das artimanhas dos inimigos invasores (Jz 4,9.14-15; 5,11-12; 6,34; 11,9-11.29; 1Sm 17,41-47; 18,17; 23,9-13; 30,7-8) etc. Assim, organização dos guerreiros e a realização das batalhas em defesa da vida dos camponeses parece ser a área de atuação, a “jurisdição” de Javé (cf. Ex 14,14.24-25.27; 15,2-3; Dt 1,30; Jz 4,14-15; 1Sm 4,3-6; 14,6; 17,47, etc.). A Bíblia Hebraica, em Nm 21,4, menciona até mesmo a existência de um *sēfer milHámöt yhw*, “livro das guerras de Javé”, que infelizmente não chegou até nós.

Nas tribos e nas aldeias – e em grande parte do exército do país – estes “guerreiros” são camponeses que, em determinados momentos, precisam largar seus instrumentos de trabalho na roça e pegar em armas para realizar a vigilância e a proteção ou defesa da vila (Römer, 2016, p. 86-94). Especialmente no período pré-monárquico, eles formam um “exército” de defesa, e travam somente guerras defensivas contra saqueadores, invasores ou dominadores. O coração “sagrado” do culto a Javé reside essencialmente em sua função na defesa da vida, das terras, das colheitas das famílias camponesas de Israel. Terminada a batalha os “guerreiros” voltam a ser camponeses.

Os preparativos, e especialmente a partida do exército camponês deveriam acontecer dentro de alguma preparação litúrgica⁹. Talvez os rituais de culto a Javé envolvessem uma aspersão de sangue (Ex

⁹ Uma pesquisa em curso, a ser publicada, vai mostrar isso. O verbo $\%r;[',$ ‘*arakh*, “ordenar”, “organizar”, “enfileirar”, e a palavra $hk'r'[]m;$, *ma'arakhah*, “fileira”, ou “linha”, usadas tanto em contexto militar como litúrgico são indicadores dessa organização ritual do exército de Javé. Aparecem em uma camada antiga de textos, em que o exército camponês é chamado de $tkor>[]m;$ /

24,5-8), espécie de aliança de sangue (Römer, 2016, p. 87), onde possivelmente as pessoas que ficavam nas aldeias se comprometiam a cuidar dos “órfãos e das viúvas”, caso algum dos defensores viesse a morrer. A partir disso, com o passar do tempo, Javé torna-se também o garantidor das relações éticas de justiça e solidariedade (Ex 22,20-26, Dt 10,18-19; 24,10-22; 27,19; Sl 146,9; Is 1,17; Jr 7,6) (Lewis, 2020, p. 495-574).

Diferente, no entanto, será a função deste Javé guindado a patrono da família davídica, o que provavelmente está por trás da narrativa da transferência da arca para Jerusalém (2Sm 6). Nesse ambiente oficial, Javé é o Deus do rei e do exército do rei. Sua função muda. Passa a estar a serviço dos projetos e interesses da casa davídica. Podendo até mesmo ser usado para massacrar revoltas camponesas como a do benjaminita Seba, que liderou uma revolta dos benjaminitas contra Davi (2Sm 20), usurpador do poder, na perspectiva de pelo menos parte dos camponeses e lideranças de Benjamim (2Sm 16,5-8). E isto marca a teologia de Javé, presente em grande parte das narrativas, salmos e profecias produzidas a partir dos ambientes oficiais.¹⁰

As imposições religiosas rumo à Monolatria (Ezequias e Josias)

Com tudo o que tem sido verificado pelos estudos dos textos e descobertas arqueológicas, fica perceptível que, até o tempo dos reis Ezequias e Josias, existia uma diversidade de Deuses e Deusas, muitos locais de culto, com várias famílias sacerdotais e outros tipos de mediadores, com abundante uso de imagens em diversificadas liturgias. Somente pela intervenção religiosa e política desses dois reis de Judá é que a realidade religiosa começaria a mudar.

Essas intervenções na realidade não rompiam com o politeísmo, mas visavam estabelecer a monolatria. A expressão “outros Deuses” pode ser tomada como uma impressão digital dos escribas e sacerdotes de Josias, ou da chamada corrente deuteronomista (Dietrich; Silva, 2020, p. 40). O Monoteísmo virá somente no pós-exílio, quando Javé será entendido como o único Deus existente para todo o universo, nos moldes do Dêutero Isaiás (p. ex. Is 45,5-7.14.18.21; 46,9; 48,12). Já não se falará mais em “outros deuses”, todas as divindades passarão a ser consideradas “ídolos vazios”, que representariam a nulidade, a vacuidade, isto é, o nada, sem existência real, sem poder e sem valor.

Certo é que tal imposição, mesmo que de maneira violenta, não muda as crenças e práticas religiosas das pessoas de uma hora para outra. As intervenções de Ezequias (por volta dos anos 700 a.C.) e especialmente a de Josias (por volta dos anos 620 a.C.) podem ter tido um efeito maior nos arredores de Jerusalém e de outros santuários oficiais, onde havia um controle mais direto, mas não nos lugares mais afastados, nem nas casas das famílias mais simples. O grande número de textos insistindo na condenação do culto a outras divindades serve como prova da ineficácia da tentativa de mudar a religião por decreto ou por imposição violenta (Liverani, 2008, p. 181). Ainda no exílio (Jr 44,15-19) e pós-exílio haverá sinais de culto a Asherá (Zc 5,5-11) (Nakanose; Dietrich, 2022, p. 56). Certamente, a imposição do culto oficial promoveu uma espécie de processo de sincretização entre as formas e teologias oficiais com as teologias e formas de culto antigas, tradicionais.

tAkr>[;m; , *ma'arkhot* - “fileiras” ou “linhas” - de Javé (1Sm 4 e 17), sendo esta palavra e o verbo correspondente também usados para organizar e descrever a disposição dos “pães da proposição” colocados no altar “diante da face de Javé” (Lv 24,5-8; 1Sm 21,1-6).

¹⁰ Mudança semelhante ocorre na teologia cristã, quando uma certa corrente cristã se alia ao império romano, a partir da aproximação com Constantino no início do século 4º, e torna-se a religião oficial do império romano no início do século 5º. O Jesus dos perseguidos e martirizados pelo império nos séculos anteriores não é o mesmo Jesus dos imperadores que seguirão perseguindo e martirizando, agora quem afrontar, ou não se alinhar ao cristianismo oficial.

Desde que Davi havia confiscado a Arca de Javé para dentro de Jerusalém (2Sm 6), havia uma teologia oficial que apresentava Javé como o Deus do rei, da dinastia davídica. Com Ezequias e Josias, Javé passará a ser o Deus nacional de Judá. Para ser a divindade oficial, única divindade de Judá, sua área de atuação tem de abarcar todas as áreas da vida. Javé será então identificado com as divindades clânicas, familiares, chamadas genericamente de Elohim, e, também, como El, o grande Deus criador e o Deus maior do panteão cananeu israelita (Smith, 2023, p. 91-103). Isso transparece nos textos produzidos nessa época: “Fique então sabendo que Javé, o seu Deus, é que é Deus, (*Elohim*), o *El* fiel, que sustenta a aliança e a solidariedade...(Dt 7,9); ou mais claramente em Dt 10,17: “Porque Javé, o seu Deus, é o Deus (*Elohim*) dos Deuses (*Elohim*) e o Senhor dos senhores, o *El* grande, valente e terrível, que não faz discriminação entre as pessoas e não aceita subornos.”

O culto oficial passa então a atribuir a Javé tanto as funções dos *Elohim* e de *El* quanto as de *Baal*, de *Asherá*, de *Astarte* e de outras divindades banidas. Com isso, funções anteriormente atribuídas a outras divindades, como a fertilidade das mulheres e dos animais, seus primogênitos, a fertilidade e as primícias dos campos, a chuva, amor, saúde, doença, morte etc., tudo paulatinamente passa a ser apresentado como atributo e função de Javé (Dt 28,1-68; cf. 7,12-16; 11,13-17; Ex 12,1-13,16).

Esses são campos de estudo e pesquisa que certamente ainda muito irão revelar. A seguir apontaremos uma parte da transferência dos atributos de Baal para Javé, especificamente nos capítulos finais do livro do Deuteronômio, obra iniciada como parte do processo de legitimação das imposições de Ezequias e Josias.

Transferência dos atributos de Baal para Iahweh

Embora essa transferência possa ser vista em muitos outros textos, veja-se por exemplo a obra de James S. Anderson, *Monotheism and Yahweh's appropriation of Baal*¹¹, que apresenta várias categorias de apropriação, este artigo se aterá aos textos das chamadas “bênçãos” e “maldições” em Dt 28.

Ao estudarmos Dt 28, a primeira observação a ser considerada é que este capítulo, como também outras partes do livro, exibem visíveis semelhanças e paralelos com o “epílogo das Leis de Hamurabi e com o chamado Tratado de Safira”.¹² E, a marcante correspondência entre a sequência dos versículos 26-33 e as linhas 39-42 dos Tratados de Vassalagem de Esarhaddon (TVE); a combinação de motivos partilhada entre os versículos 23-24 e as linhas 63-64 do mesmo tratado; e a ordem temática comum entre os versículos 20-44 e os Tratados de Vassalagem de Esarhaddon, “dá a certeza de que aqui o Deuteronômio depende de documentos dos tratados assírios”. Assim, o capítulo 28 do Deuteronômio deve ser visto como uma reutilização escrital javista, com propósitos teológicos, de maldições políticas emprestadas dos tratados assírios (Nelson, 2002, p. 326-327).

Também para Moshe Weinfeld

¹¹ London/New York/Oxford/New Delhi/Sydney: T&T Clark, 2015.

¹² Em inglês: *Sefire Treaty*, três estelas de basalto do século 8º a.C., com um conjunto de maldições escritas em aramaico, que eram partes de tratados de vassalagem, duas encontradas em 1930 e a terceira encontrada em 1956, perto de Al-Safirah, próximo a Alepo, na Síria. Para aprofundar: RAMOS, Melissa. “A Northwest Semitic Curse Formula: The Sefire Treaty and Deuteronomy 28”. In: *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, vol. 128, no. 2, 2016, pp. 205-220. As semelhanças entre Dt 28 e os Tratados de Vassalagem foram abordadas por vários pesquisadores: McCARTHY, D. J., Treaty and Covenant. In: *Analecta Biblica* 21, p. 122-123, 1963; HILLERS, D. R. Treaty Curses and the O.T. Prophets. In: *Biblica et Orientalia*, 16, 1964; FRANKENA, R., ‘The Vassal Treaties of Esarhaddon and the Dating of Deuteronomy’. In: *Oudtest. Studiën* 14, p. 122-154, 1965.

Além dos TVE e Dt 28 nenhuma outra série de maldições semelhantes foi descoberta. Uma vez que este é o caso e uma vez que a ordem das maldições é explicável apenas a partir de documentos mesopotâmicos, podemos concluir que um escriba da Judéia transpôs uma série inteira e consecutiva de maldições de documentos do tratado assírio para o livro de Deuteronômio (Dt 28, [26] 27-35) (1992, p. 122).

Nesse sentido deve-se notar que, como em Dt 28, as bênçãos são bem mais breves ou quase inexistentes nos Tratados de Vassalagem.

O objetivo dos Tratados de Vassalagem era obter a obediência dos vassallos. Esse é também o objetivo de Dt 28. Inclusive pode se ver isso na estrutura mais ou menos concêntrica do primeiro bloco de versículos em 1 a 14: Ali teríamos a exigência da obediência nos v. 1-2 e 13b-14, funcionando como uma moldura do bloco; os v.3-6 com bênçãos, e os v. 7-13a, com promessas, sendo tanto as bênçãos como as promessas relacionadas à fertilidade de pessoas, campos e animais, indicando aqui que as esferas de poder de Baal, El e Asherah foram transferidas para Javé, claramente colocando Javé como o responsável pela fertilidade nessas importantes áreas para a sustentação e a reprodução da vida. No centro, nos v. 6-7, porém, Javé aparece com suas características guerreiras originais:

V. 1-2 Demanda por obediência a Javé

V. 3-6 Bênçãos (Fertilidade pessoas, campos e animais)

v. 6-7 Bênção ao entrar e sair, derrota e fuga dos inimigos

V. 7-13a Promessas (Fertilidade pessoas, campos e animais)

V. 13b-14 Demanda por obediência a Javé

No centro da estrutura, v. 6 e 7, Javé aparece em sua função: a área das guerras, que certamente seguiam sendo sua principal função (Dt 28,19;25-26;48-59). Ser “abençoado ao entrar e abençoado ao sair” é uma forma de linguagem para falar da movimentação do exército (Nelson, 2002, p. 328), corroborado pela promessa de os inimigos serem entregues aos exércitos de Israel já vencidos e postos em fuga por Javé.

No que diz respeito à transferência de atribuições das divindades proibidas pela imposição josiânica para Javé, deve-se perceber que as palavras hebraicas para: “a cria (גֵּזַר, *ségar*) de suas vacas e os filhotes (אֲסֵרוֹת, *‘asterot*) de seu gado miúdo”, que aparecem em 28,4; 15 e 51, remetem ao nome de divindades. *Ségar* seria uma divindade menor, auxiliar de Baal, relacionado à fertilidade dos animais (Halot, 1999, 4:1416)¹³, e *‘asterot*, uma referência à Deusa Astarte¹⁴ (Jz 2,13; 10,6), possivelmente sincretizada com a Deusa Asherah, ambas relacionadas à fertilidade dos animais. E, no versículo 12, explicitamente é Javé quem dá as chuvas nos tempos certos (esse atributo especial de Baal, como também os atributos de outras Divindades são de modo semelhante transferidos para Javé também em Dt 7,12-16; 11,11-17). Há também um elemento econômico-financeiro, na medida em que as bênçãos na agricultura do v. 3, com as chuvas no tempo certo, são expandidas, possibilitando o acúmulo e os empréstimos nos v. 12-13a. Isso talvez permita ver as duas forças sociais por trás dos cultos a Javé e a Baal. De um lado, respectivamente, a elite do exército e os chefes da mobilização camponesa, de outro os grandes proprietários e comerciantes.

¹³ *Ségar*, no hebraico nomeia “o que é deixado cair no parto, animal recém-nascido”. m

¹⁴ Sobre isso, ver: HADLEY, J. M. “The Fertility of the Flock? The De-Personalization of Astarte in the Old Testament. In: BECKING, B.; DIJKSTRA, M. *On Reading Prophetic Texts*. Leiden: Brill, 1996, p. 115-33.

Na sequência, o verso 15 abre um conjunto de três maldições que contrabalançam com as três bênçãos dos v. 3-6. Inclusive repetindo no v. 18, em forma de maldição, o conteúdo do verso 4: “a cria (רָאֵשׁ, *ségar*) de suas vacas e os filhotes (תִּירְתָּֽוֹ־וַעֲ, *asterot*) de seu gado miúdo”. Termina com o v. 19 colocando a maldição sobre o “entrar” e o “sair” do v. 6. Sendo a desobediência a Javé o gatilho desencadeador de todas essas maldições, reforça-se o processo de transferência para Javé das áreas de domínio de Baal e de outras divindades proscritas na imposição da monolatria por Josias.

No bloco seguinte, v. 20-44, evidencia-se a o uso dos TVE como base para a redação de Dt 28, onde

não somente as maldições da lepra, cegueira, exposição dos corpos dos mortos, violação sexual da esposa, pilhagem e escravização de crianças são comuns a ambos. Eles ocorrem em ordem quase idêntica, com a única exceção da maldição da peste e cadáveres não enterrados, que no TVE segue a aflição da cegueira, enquanto em Deuteronômio precede a imprecação relativa à lepra (Weinfeld, 1992, p. 118).¹⁵

Dt 28,23 pode ser exibido como um exemplo da dependência de Dt 28 para com os TVE:

Dt 28,23	TVE linhas 528-531
“O céu sobre a sua cabeça vai parecer de bronze, e a terra sob seus pés parecerá de ferro”	“Que eles (os Deuses) tornem o teu solo como ferro para que ninguém possa ará-lo. E assim como a chuva não cai de um céu de bronze, que desse modo a chuva e o orvalho não caiam sobre teus campos e pastagens”

Duas observações a respeito. Primeiro, fica claro que devido a estas e as já mencionadas outras semelhanças com os TVE, pesquisadores acreditam inclusive que os redatores deuteronomistas tiveram acesso a uma cópia do tratado que Manassés teria realizado com o imperador assírio Assurbanipal (Frankena, 1965, p. 130-131 e 150). E segundo, relativamente ao tema deste artigo, nos TVE os Deuses eram invocados, cada qual em sua área, para realizarem as maldições incluídas nos tratados.

Substancialmente as maldições presentes em Dt 28,27-35 foram “emprestadas”, ou “adotadas” em sua substância dos tratados políticos de Esarhaddon ou Assurbanipal. Assim, embora a ordem das maldições em Dt 28 pareça não ter uma explicação plausível para nós, isso acontece porque elas estão baseadas em outra lógica:

Nos TVE a sequência está baseada na hierarquia no panteão assírio. Asur, Ninlil, Sin e Shamash, os quais iniciam uma série de maldições nos Tratados de Esarhaddon, aparecem quase que invariavelmente no topo de todos os catálogos de Deuses assírios (Weinfeld, 1992, p. 119).

Essa constatação permite ver que as Divindades eram convocadas pelo imperador para executarem – cada uma dentro de seu campo de atuação – as maldições contra os desobedientes. Com base nisso, certamente os sacerdotes e escribas de Josias arregimentaram as atribuições de Baal e de outras divindades israelitas para a reelaboração monolátrica das maldições presentes nos TVE, com Dt 28, exibindo todas as atribuições das outras divindades já transferidas para Javé.

¹⁵ Embora não concordemos com a opinião deste autor, segundo a qual o Deuteronômio teria recebido sua forma fixa durante o reinado de Manassés (Weinfeld, 1992, p. 122), suas pesquisas sobre as semelhanças e os paralelos entre Dt 28 e os TVE são muito válidas e úteis.

No Tratado de Vassalagem imposto por Esarhaddon a Tiro encontramos o mesmo conteúdo dos versos 36-37. No entanto, enquanto no Dt é Javé que levará o rei e seu povo para o exílio, no Tratado de Tiro é Baal Melqart e Esmuna, divindades locais, que realizariam este mal. Ali também uma série de maldições sancionadas pelos Deuses assírios precede, na mesma ordem em que aparecem nos v. 26-35 e nos TVE, as maldições assignadas às divindades locais. Como parece ser também o caso dos v. 38-42, que, como também em Tiro, mostram características mais regionais, típicas da Síria-Palestina, mencionando as oliveiras e algumas pragas peculiares a aquela região, como o verme da uva e a queda das azeitonas nos v. 39-40.

Mesmo nas partes seguintes de Dt 28, nas quais, para muitos pesquisadores, temos textos pós-exílicos referindo-se ao cerco babilônico à cidade de Jerusalém e aos eventos que se desenvolveram a partir dali, a semelhança como o texto dos TVE é muito grande. Permitindo afirmar que mesmo a maior parte destes conteúdos também foi tomada dos TVE. Isso implica que maldições desse tipo não necessariamente sejam reflexos de situações reais vividas, mas podem pertencer tanto à tipologia de documentos assírios correntes no oitavo e no sétimo séculos, como às práticas de cerco e guerra daquele período. Mesmo as repetições, quebras e retomadas apresentadas pelo texto de Dt 28 refletiriam o texto dos TVE. O que leva Hillers a afirmar que não resta dúvida de que tanto Dt 28 quanto os TVE são criações literárias compostas, “mas não devido a atividade redacional posterior e sim devido aos escribas terem combinado uma variedade de maldições” em uso tradicional na época (1964, p. 40).

Os estudos permitem ver que, na maior parte do período pré-exílico, Israel norte e Judá adoravam normalmente uma variedade de Deuses e Deusas, e cada uma dessas divindades possuía uma área de atuação mais ou menos definida. Esse contexto politeísta foi mudando ao longo do tempo, refletindo as mudanças socio-políticas vividas por Israel norte e Judá. Aceleradoras desse processo foram as imposições religiosas de Ezequias e especialmente de Josias, que como religião oficial instauraram a monolatria e Javé como o único Deus a ser cultuado. Com isso a teologia oficial carrega para Javé as atribuições de todos esses Deuses e Deusas, e os textos produzidos dessa época em diante, como é o caso de Dt 28, já mostram Javé, além dos eventos militares, sua “jurisdição” original controlando também o regime das chuvas, a fertilidade dos campos, e tendo também a “chave do útero” das mulheres e dos animais, além de poderes sobre a saúde, as doenças e muitas outras áreas da vida.

Considerações finais

No Deuterônomo, o rosto de Javé que emerge não é somente um Javé empoderado pelo acúmulo de poder pela transferência dos poderes de todas as outras divindades para ele, mas também empoderado pelo fato de ter sido transformado em Deus oficial de Israel, centralizado na pompa e ostentação da elite política e religiosa de Jerusalém. É um Javé legitimado na história com sua vinculação original, de defesa da vida dos camponeses ameaçados, da sua aliança com os órfãos, as viúvas, os pobres e a justiça social, associado à libertação do Egito, mas cooptado pela teologia oficial e colocado a serviço dos interesses e projetos das elites no poder. Disso resulta a ambiguidade da religião oficial e do rosto de seu Deus: de um lado se apoia na tradicional defesa da vida e defesa dos pobres (Dt 15, 1-18; 20,1-4; 23,20-26; 24,1-22), e de outro legitima a centralização de poder e de riqueza nas mãos da elite política, econômica e religiosa (Dt 12) e até mesmo o uso da violência para a manutenção desses privilégios (Dt 13, 1-19; 16,21 – 17,7).

O uso dos Tratados de Vassalagem dos assírios como modelo estruturador da Aliança entre Javé e o povo de Israel (Dt 4,44 – 28,68), onde Javé toma o lugar do imperador assírio, e o povo de Israel o lugar do rei vassalo, aprofunda a mudança do rosto e do caráter de Javé. Não somente é o

Deus da monarquia davídica, o Deus oficial, mas agora assume também um rosto imperial, com peso e poder dos imperadores (Morais, Dietrich, 2023, p. 17-35). Ao povo, seus mediadores oficiais, buscam impor a obediência e a submissão. E, na perspectiva oficial imperialista, a obediência exige, e significa muitas vezes, assumir concepções e práticas intolerantes e violentas (Dt 7,1-6.21-26; 13,1-19 e outros) contra os divergentes na época e que segue até hoje estimulando práticas intolerantes e violentas contra as muitas diversidades eu marcam nosso viver.

Uma leitura decolonial deve perceber, desmontar e demonstrar esses processos e essas transformações. Ainda hoje, grande parte do povo que frequenta as igrejas busca em Jesus esse Deus oficial. Foram compreensões dessa concepção oficial de Deus, presente em grande parte dos textos bíblicos, que permitiu que uma parte dos movimentos cristãos dos primeiros séculos se aproximasse do império romano e aos poucos fosse galgando espaços dentro do poder, até tornar-se a religião oficial do império. Nesse processo de oficialização e constituição do cristianismo que dominou a história ocidental, o Jesus pobre de Nazaré, que denunciou, foi preso, torturado e morto por um império, sofrerá a mesma metamorfose pela qual Javé passou em seu processo de oficialização. Passa a ser o Jesus Cristo Rei *Pantokrator*, o Deus oficial de muitos impérios, e chega, trazido pelos impérios, até nós.

E é a este Jesus Todo-Poderoso que grande parte das pessoas que frequenta igrejas busca. Pedem coisas como chuvas, curas, emprego, filhos, moradia, bem-estar material, que são desejos prementes e legítimos. E ao simplesmente organizarem romarias, encontros de oração da comunidade para que Deus atenda a esses pedidos, os sacerdotes e pastores estarão reforçando essa espiritualidade que busca o poder de Deus para seu benefício e proteção; reforçando esse rosto de Deus construído à imagem e semelhança de imperadores, e reforçando também o seu próprio poder, na medida em que se colocam como mediadores e dispensadores das formas de acesso a tal Deus poderoso.

Uma pastoral decolonizada deverá perceber nas buscas das pessoas e comunidades que vão às igrejas como denúncias da ausência das bases comunitárias, sociais e ambientais necessárias para uma vida digna. Deve entendê-las como as necessidades vitais que mobilizaram os camponeses de Israel a organizarem o culto a Javé; e posteriormente levaram os camponeses e povo empobrecido da Galileia a seguirem e se reunirem em torno das práticas propostas por Jesus de Nazaré. Isto é, adotar uma pastoral que sem deixar de lado a oração, a fé e a esperança na ação divina, reconduza a espiritualidade ao sagrado rosto de Javé, ao coração de Jesus de Nazaré, estimulando a organização solidária da comunidade para entender com profundidade seus problemas e tomar as medidas aos seu alcance para diminuir os sofrimentos que sente. Comunidades religiosas que pratiquem a escuta das pessoas que sofrem, que buscam conhecer as causas reais e materiais de seus sofrimentos, que tentam minimizar esses sofrimentos por meio do cuidado uns dos outros, que se organizem e se fortaleçam para a solidariedade pessoal, comunitária e político social, certamente compreenderão mais claramente, e experimentarão de forma mais real o rosto salvífico de Javé, de Jesus de Nazaré, do sagrado que se manifesta na defesa e na promoção da vida, com amor, justiça e sustentabilidade, não somente no âmbito da humanidade mas no âmbito das relações que tecem e sustentam a vida em sua manifestação planetária.

Referências

- AMZALLAG, Nissim. *Yahweh and the origins of Ancient Israel*. Insights from the archaeological record. Cambridge/New York/Port Melbourne/Nova Dehli/Singapore: Cambridge University Press, 2023.
- ANDERSON, James S. *Montheism and Yahweh's appropriation of Baal*. London/New York/Oxford/New Delhi/Sydney: T&T Clark, 2015.
- BOGAERT, Ierre-Maurice; DELCOR, Matthias; JACOB, Edmond; LIPINSKI, Édouard; MARTIN-ACHARD, Robert; PONTHOT, Joseph. *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Publicado sob direção do Centro: "Informática e Bíblia" Abadia de Maredsous. São Paulo: Edições Loyola: Paulus: Paulinas, 2013.
- CRAIGIE, P. C. The conquest and Early Hebrew Poetry. In: *Tindale Bulletin*, 20: 76-94, 1969.
- DAY, John. *God's conflict with the Dragon and the sea: echoes of a Canaanite Myth in the Old Testament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- DAY, Jonh. Yahweh and the gods and goddesses of Canaan. *Journal for the study of the Old Testament Supplement Series 265*, New York: Sheffield Academie Press, 2000.
- DAYAGI-MENDELS, Michal; ROZEMBERG, Silvia (Ed.). *Chronicles of the Land*. Archaeology in the Israel Museum Jerusalem. Jerusalem: The Israel Museum, 2010, p. 74.
- DE PURY, Albert. O Cânon do Antigo Testamento. In: RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe (Org.) *Antigo Testamento, história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 23-50.
- DEVER, William G. *Did God Have a Wife? Archaeology and Folk Religion in Ancient Israel*. Grand Rapids: Eerdmans, 2005.
- DIETRICH, Luiz José. SILVA, Rafael Rodrigues da. *Em busca da Palavra de Deus: uma leitura do Deuteronômio entre contradições, ambiguidades, violências e solidariedades*. São Paulo: Paulus, 2020.
- DIETRICH, Luiz José; KAEFER, Ademar. A formação do povo de Israel. In: NAKANOSE, Shigeyuki; DIETRICH, L. J. (Org.); KAEFER, José Ademar; FRIZZO, Antonio Carlos; MARQUES, Maria Antônia. *Uma história de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia*. São Paulo: Paulus, 2022.
- FINKELSTEIN, Israel; RÖMER, Thomas. *As origens da Torá*. Novas descobertas arqueológicas, novas perspectiva. Petrópolis: Vozes, 2022.
- FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil A. *A Bíblia desenterrada*. Nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens de seus textos sagrados. Petrópolis: Vozes, 2018. (Tradução esmerada e com título de acordo com o original, que substitui apropriadamente a primeira tradução, muito descuidada, para o português, intitulada *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.)

FINKELSTEIN, Israel. *The forgotten kingdom*. The archaeology and history of northern Israel. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013. (Tradução brasileira: FINKELSTEIN, Israel). *O reino esquecido*. Arqueologia e história de Israel Norte. São Paulo: Paulus, 2015).

FLEMING, Daniel E. *Yahweh before Israel*. Glimpses of History in a Divine Name. Cambridge/New York/Melbourne/New Delhi/Singapore: Cambridge University Press, 2021.

HALOT – The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament. Ludwig Koehler Walter Baumgartner. Leiden/Boston/Köln: Brill, volume 4, 1999.

HILLERS, D. R. Treaty Curses and the O.T. Prophets. In: *Biblica et Orientalia*, 16, 1964.

JEREMIAS, Jörg. Three Theses on the Early History of Israel. In: OORSCHOT, Jürgen Van; WHITTE, Markus. *The Origins of Yahwism*. Berlin/Boston: Walter de Gruiter, 2019, p. 145-156.

KEEL, Othmar, UEHLINGER, Christoph. *Gods, goddesses, and images of God: in ancient Israel*. Minneapolis: Fortress Press, 1998.

KRATZ, G. Reinhard. Prophetic Discourse on “Israel”. In: FARBER, Zev I.; WRIGHT, Jacob (eds.). *Archaeology and History of the Eighth-Century Judah*. Atlanta: SBL Press, 2018, 503–515.

LEMAIRE, André. *The Birth of Monotheism*. The Rise and Disappearance of Yahwism. Washington: Biblical Archaeological Society, 2007.

LEWIS, Theodore J. *The Origin and Character of God*. Ancient Israelite Religion Through Lens of Divinity. New York: Oxford University Press, 2020.

LIPINSKI, Édouard. Baal. Verbete in: *Dicionário enciclopédico da Bíblia*, publicado sob direção do Centro: Informática e Bíblia, Abadia de Maredsous, São Paulo: Edições Loyola/Paulus/Paulinas, 2013, p. 203-204.

LIVERANI, Mario. Para além da Bíblia. História antiga de Israel. São Paulo: Paulus/Loyola, 2008.

LOHFINK, Norbert. Violencia y monoteísmo. Un ejemplo según el Antiguo Testamento. In: *Cuestiones Teológicas*, Medellín, Colombia, v. 32, n. 77, 2005, p. 11-34. Disponível em: [LohfinkN_843.356.pdf \(uni-tuebingen.de\)](#). Acesso em: 08 jun. 2024.

LURKER, Manfred. Dicionário de deuses e demônios. Manfred Lurker; tradução Cecíli Camargo Bartotti, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MILLER, Patrick D. *The Religion of Ancient Israel*. Louisville, Kentucky/London: Westminster John Knox Press/SPCK, 2000.

MORAIS, Jonh Anderson Rodrigues de; DIETRICH, Luiz José. Imagens violentas de Deus no livro do Deuteronomio e na Historiografia Deuteronomista. *RIBLA*, Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana, n. 91, vol. 3, p. 17-35, 2023.

MÜLER, Reinhard. The origins of YHWH in light of the earliest psalms. In: OORSCHOT, J. Van; WITTE, M. (Eds.) *The origins of Yahwism*. Berlin: De Gruyter, 2017.

NAKANOSE, Shigeyuki; DIETRICH, L. J. (Org.); KAEFER, José Ademar; FRIZZO, Antonio Carlos; MARQUES, Maria Antônia. *Uma história de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia*. São Paulo: Paulus, 2022.

NELSON, Richard D. *Deuteronomy. A Commentary*. Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2002.

NIER, Herbert. "Israelite" religion and "Canaanite" religion. In: STAVRAKOPOULOU, Francesca; BARTON, John. *Religious diversity in Ancient Israel and Judah*. London/New York: T&T Clark International, 2010, p. 23-36.

NIHAN, Christophe; RÖMER, Thomas. O debate atual sobre a formação do Pentateuco. In: RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe (Org.). *Antigo Testamento, história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 108-143.

NOVA BÍBLIA PASTORAL. São Paulo: Paulus, 2015.

RÖMER, Thomas. *A origem de Javé. O Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.

RÖMER, Thomas. *Monoteísmo y poder: La construcción de Dios en la Biblia Hebrea*. San Jose, Costa Rica: UBL Universidad Bíblica Latinoamericana, 2018.

SANDERSON, J. S. *Monotheism and Yahweh's Appropriation of Baal*. London: T&T Clark, 2015.

SCHNIEDEWIND, William M. *Como a Bíblia tornou-se um livro. A textualização do Antigo Israel*. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHMID, Konrad. *A Historical Theology of the Hebrew Bible*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing, 2019.

SMITH, Mark S. *A história primitiva de Deus: Yahweh e as outras divindades no antigo Israel*. São Paulo: Vozes, 2002.

SMITH, MARK S. *O memorial de Deus*. São Paulo: Paulus, 2006.

SMITH, Mark S. *The Early History of God. Yahweh and the other deities in Ancient Israel*. Michigan: Harper San Francisco/Dove, (First edition) 1990.

SPARKS, K. L. Religion, identity and the origins of Early Israel. In: *Religion Compass*, 1: 587-614, 2007.

STAGER, Lawrence E. Forging an identity: the emergence of Ancient Israel. In: COOGAN, M. D. *The Oxford history of the Biblical World*. 1998, p. 123-175.

TILLY, Michael; ZWICKEL, Wolfgang. *A história religiosa de israel*. Desde a pré-história até os primórdios do cristianismo. São Paulo: Loyola, 2020.

TOSELI, Cecilia. *Exílio e memória de Israel Norte: entre o fim e a continuidade, história, tradição e literatura*. São Paulo: Fonte Editorial, 2023.

TYGAY, Jeffrey H. Israelite Religion: The Onomastic and Epigraphic Evidence. In: MILLER, Patrick D.; HANSON, Paul D.; McBRIDE, S. Dean. *Ancient Israelite Religion*. Augsburg Fortress, Minneapolis: Fortress Press, 2009.

WEINFELD, Moshe. *Deuteronomy and the Deuteronomic School*. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 1992.

ZEVIT, Ziony. *The religions of ancient Israel: a synthesis of parallactic approaches*. London; New York: Continuum, 2001.

RECEBIDO: 13/09/2024
APROVADO: 08/11/2024

RECEIVED: 09/13/2024
APPROVED: 11/08/2024